

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO	Atos Legislativos	
	Ata da 2068ª Sessão Ordinária na Íntegra	2
EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL	2
		2
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665	8
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral VICTOR TAVARES PIRO Diagramação	
MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h	
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.	

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2068ª SESSÃO, EM 08 DE NOVEMBRO. 42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA. = ORDINÁRIA = PRESIDÊNCIA DA SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS. (Em exercício)

Às nove horas do dia oito de novembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexagésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 049, de 04/11/11, comunicando sua ausência do País no dia 06/11/11.

EXTERNO:

- Ofício nº 519/1, de 28/10/11, do Tribunal de Justiça, encaminhando retificação de parte do texto do art. 1º do Projeto de Lei Complementar, que propõe, entre outras coisas, a alteração do art. 112, inciso X, do Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima.

- Comunicado nº AL133913/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Canara.

- Comunicado nº AL133914/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vovó Eurides.

- Comunicado nº AL133915/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Arco-Íris.

- Comunicado nº AL133937/2011, de 18/10/11, do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Menino Jesus.

- Comunicado nº AL133938/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Rio Branco.

- Comunicado nº AL133940/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Menino Jesus de Praga.

- Comunicado nº AL133941/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Raimundo Eloy.

- Comunicado nº AL133942/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Indígena Tuxaua Albino de Morais.

- Comunicado nº AL133943/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Batista da Silva.

- Ofício nº 010/2011, de 03/11/11, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Roraima, solicitando cópia da Ata da Sessão do dia 01/11/11.

- Ofício/DPG nº 543/2011, de 03/11/11, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, encaminhando Projeto de Lei que altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 164, que reorganiza aquela instituição, estabelece a competência e a estrutura dos seus órgãos, a organização e estatuto da respectiva carreira.

Era o que constava do Expediente, Senhor presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, todos aqui presentes, bom-dia. Senhor Presidente, faço uso hoje da tribuna para ressaltar, em primeira mão, um trabalho feito pelo SEBRAE Roraima, na pessoa da Dra. Luciana Surita, a qual, neste momento, quero engrandecer pelo trabalho. Senhor Presidente, é público e notório que o Poder Público deste Estado, estadual, municipal e federal não consegue atender a demanda de emprego, de milhares de formandos que todos os anos terminam seu curso superior e saem qualificados, habilitados para o mercado de trabalho. Sei que o poder público não está aqui instalado para isso. O poder público deve suprir as necessidades fundamentais do cidadão, fornecer saúde, educação, segurança e criar infraestrutura para o setor privado conseguir se desenvolver e, a partir daí, gerar os empregos e a renda necessária para que o Estado crie musculatura econômica. E, o SEBRAE/RR tem desenvolvido um trabalho muito importante, bem como o SENAR e o SENAI também, o Sistema S como um todo. O SEBRAE/RR cadastrou mais de 3.300 empreendedores individuais. É muito importante saber que o empreendedor individual é aquele que de maneira autônoma tem um pequeno negócio, não precisa ser pessoa jurídica, contribui com o valor mínimo de R\$ 36,00 e consegue se aposentar com um salário mínimo ao fim dos seus 30 anos trabalhados. Eu e o nobre Deputado Remídio Monai estivemos sábado, no interior do Estado, mais precisamente na Confiança, participando da inauguração de uma indústria de laticínios, que é uma obra estruturante para o setor produtivo, onde o produtor vai conseguir produzir, beneficiar o leite e dele tirar os derivados: o iogurte, o queijo; pasteurizar e comercializar. São avanços, mas nós gostaríamos de citar que podemos avançar muito mais. Segundo o SEBRAE, de acordo com a revista do Empreendedorismo e Negócios, o turismo também é um dos principais meios para que possamos gerar emprego e renda aqui no nosso Estado, ou seja, a indústria sem chaminé, o turismo de aventura. Aprovamos uma Lei, recentemente para que fosse regulamentado o turismo de aventura, que é um dos mais procurados em todos os Estados da Federação e pode ser procurado no nosso Estado também. O Observatório de pássaros no nosso Estado é o que tem a maior quantidade de pássaros e dispõe da melhor estrutura para que possamos explorar esse turismo, mas é necessário divulgação. O Estado de

Roraima tem tudo para crescer, mas falta investimento do setor público. Nesse sentido, quero engratecer a senhora Luzirene Socorro Fernandes de Oliveira, Diretora do Departamento da Receita Estadual, que prontamente atendeu ao meu relatório sem que esse precisar sequer ser aprovado em Plenário, ao contrário do Diretor Presidente da CODESAIMA que mesmo com o relatório tendo sido aprovado em Plenário, cobrado na tribuna, cobrado na imprensa, ainda assim, não atendeu, e disse que não vai atender. Contudo, o Deputado Flamarion está buscando subsídios para a gente possa cobrar de uma outra maneira. Mas, a Receita me atendeu prontamente. Quero ressaltar aos Deputados que o ICMS arrecadado no ano de 2009 foi de R\$ 360.000.000,00, no ano de 2010 R\$ 413.000.000,00 só em ICMS, que é o Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços do Estado, impostos pagos dentro do Estado por empresários que estão desempenhando suas atividades no Estado. Em 2011, já arrecadamos R\$ 311.732.000,00, só nos nove primeiros meses, de janeiro a setembro, vejamos só, diante do volume de recursos arrecadados só de ICMS. Eu estou propondo aqui em Plenário que possamos repassar 5% dessa arrecadação, depois, é claro, de retirado os 25% que são rateados com os Municípios, pois 100% dos recursos do ICMS são rateados entre os Municípios e fica 75% para o Estado; E, que desse montante de 75% nós possamos destinar 5%, Deputado Chicão da Silveira, Deputado Gabriel Picanço, que é da agricultura, e os demais Deputados que são ligados às Comissões Pertinentes a esse assunto sabem disso, obrigatoriamente para o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social que é administrado pela Agência de Fomento, ou seja, em torno de R\$ 19.000.000,00 anuais, para que possa fomentar o empreendedor individual, o micro e o pequeno produtor rural, o pequeno produtor industrial e o micro e pequeno comerciante. O poder público não tem condições de suprir essas necessidades primordiais de geração de emprego e renda no setor público, de acomodar essas pessoas que hoje necessitam tanto do emprego. Então, é dever do Estado suprir a iniciativa privada com incentivos, como prega a Lei 215, e acabamos de saber que o Estado derrubou a liminar, e que a Lei 215, que fornece benefícios para os produtores rurais e para todo o setor produtivo, já foi concedida novamente em toda a sua plenitude. O que queremos é que o governo possa fortalecer a iniciativa privada e que esses 5% sejam repassados para o Fundo de Desenvolvimento, a fim de fomentar o empreendedor individual, aquele que quer colocar seu pequeno negócio, aquele que precisa comprar uma churrasqueira, que precisa trabalhar com produtos artesanais, que precisa comprar pequenas quantidades de produtos lá fora e revender aqui, no limite de R\$ 30 mil reais. A partir do ano que vem, a Presidente Dilma quer aumentar para R\$ 60 mil esse limite, ou seja, nós vamos colocar no bolso daquele empreendedor individual, daquele pequeno produtor rural, daquele pequeno comerciante, daquele pequeno produtor industrial, recursos financeiros para que possa começar um pequeno negócio. Existe, e é nato de todos nós brasileiros, o empreendedorismo, nós nascemos para negociar, comprar, vender, produzir, mas, para isso, é preciso recurso. E, o pequeno empreendedor tem dificuldade enorme em ter acesso ao crédito, e através do Estado, através da agência de fomento, se destinarmos 5% do ICMS arrecadado, poderemos sim atender a esses pequenos comerciantes, trabalhar para que esse pequeno comerciante, o empreendedor individual, aquele pequeno produtor lá do campo que precisa transformar o leite em queijo, em iogurte, na bebida láctea e comercializar aqui na feira, tenha o recurso para isso. Se conseguirmos destinar esse orçamento e aprová-lo aqui, na Assembleia, autorizando o Governo do Estado a conceder esses repasses de recursos públicos, iremos e muito melhorar a vida desses comerciantes e produtores. Isso não quer dizer que estamos abdicando de receita para o Estado, estamos apenas direcionando 5% do ICMS do nosso Estado, que só agora no ano de 2011 já passa de R\$ 300.000.000,00, para financiar esses pequenos empresários, esses pequenos produtores que tanto necessitam. Deputado Chicão, Vossa Excelência que tem compromisso com o setor produtivo, que tem conhecimento de como funciona a Agência de Fomento, já que é um correligionário do seu partido que dirige aquele órgão, me ajude, nos ajude com os demais Deputados da base do Governo, porque com os demais Deputados da oposição já está fechado, a trabalhar no sentido de aprovar essa indicação, a convencer o Governador do Estado da necessidade de repassar esses 5% do ICMS do Estado, que chega a R\$ 18.000.000,00 anual, o que é pouco para o Governo, mas, para o pequeno empreendedor, é muito e, com certeza, vai gerar vários, milhares de postos de trabalho, tanto no setor produtivo quanto no setor industrial e no comercial. Espero que o Presidente Chico Guerra e os demais Deputados da base consigam sensibilizar o Governo e que

possamos juntos dar o que o pequeno empreendedor precisa para montar o seu primeiro negócio aqui no nosso Estado. Obrigado.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, atento ao pronunciamento do Deputado Brito, momento em que ele cobra da Mesa Diretora a resposta de um Pedido de Informação que foi aprovado em Plenário, junto ao Presidente da CODESAIMA, e que até hoje não houve resposta nem à Casa, nem ao Deputado, acho isso uma falta de respeito a este Poder. Nós temos que adotar medidas cabíveis e punitivas para que isso não venha a ocorrer, não podemos admitir conviver com esse desrespeito. Peço a Vossa Excelência que adote medidas a respeito disso.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – O requerimento do Deputado Brito Bezerra e sua Questão de Ordem, Deputado Chicão, estão registradas e serão encaminhadas ao Presidente desta Casa, Deputado Chico Guerra, para as providências decorrentes. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário faça a chamada do próximo Orador inscrito.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procedo a chamada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhores da imprensa, sociedade aqui presente, aos ouvidos dos meios de comunicação do interior do Estado que estão transmitindo esta sessão ao vivo, bom dia. Antes de começar meu discurso, gostaria de me somar ao Deputado Chicão e dizer que este Deputado também tem dois requerimentos aprovados nesta Casa que, até então, não foram atendidos. Um é solicitando da SEFAZ informações com relação ao pagamento de diárias para os policiais e bombeiros militares e, também, nesse mesmo requerimento, solicitamos a informação sobre as diárias pagas aos policiais militares junto ao comando da Polícia Militar, ao qual a SEFZ respondeu em menos de vinte dias e o comando da polícia militar não respondeu. Entendemos, não era para ser assim, mais é. O Comando da polícia Militar vê esse parlamentar como opositor, como um adversário político, nós entendemos isso, mas, a partir do momento que o requerimento foi aprovado na Casa, ele deixa de ser o requerimento do soldado Sampaio e passa a ser o requerimento da Assembleia Legislativa. A mesma coisa é o requerimento convocando o Chefe da Casa Militar a vir a esta Casa dar explicações. Nós cobramos duas, três, quatro, cinco vezes da Mesa a convocação do Chefe da Casa Militar e até o presente momento ele não veio. As informações que eu obtive nos bastidores é que ele disse que não vem porque é o Secretário, é o todo poderoso, é o caro do Governador. Então, a gente só lamenta. Contudo, estou aguardando o prazo e estarei acionando a justiça caso a Presidência não convoque esses Senhores para darem essas informações a este Parlamento.

Senhor Presidente, quero pedir o apoio dos Senhores Deputados aqui presentes, e me dirigir aos Deputados **Brito Bezerra, Flamarion Portela, Chicão da Silveira** que são Deputados que nem eu, tiveram sua infância no interior do Estado, onde nasceram, e lá, nesses interiores, Deputado **Erci de Moraes**, não tínhamos energia. Até o ano de 85, 89 fui criado na luz do lampião e o Governo Federal, em 2003, lançou o programa “Luz para Todos”, com o objetivo de atender 10 milhões de famílias em todo Brasil, levando energia a essas famílias. De 2003 até o presente momento, quase 20 milhões de reais foram destinados pelo Ministério de Minas e Energia aos Estados e concessionárias para levarem essa energia ao homem moderno. E, Roraima também foi contemplado através da ELETROBRÁS Norte e da CERR. O governo do Estado firmou vários convênios, Deputado Gabriel, com objetivo de levar essa energia as nossas comunidades do interior. Comunidades que vivem há não e anos na escuridão, que precisam de energia para ter o mínimo de conforto, ter uma geladeira, poder ter uma televisão. Isso é um direito do nosso trabalhador rural que vive no interior do Estado. E aí, temos presenciado a falta de compromisso do Governo do Estado em não executar esses convênios. Deputado Gabriel, 85% do valor desse convênio é oriundo do Governo Federal, 10% das empresas conveniadas e apenas 5% do Governo do Estado. Temos vários convênios, tivemos, por exemplo, Deputado Gabriel, um convênio firmado entre o Governo do Estado para atender as comunidades do interior. O Governo recebeu 7 milhões, não executou a obra, ficou inadimplente junto ao Governo Federal, e para não continuar inadimplente, sem poder receber convênio, teve que devolver esses recursos para a União, e teve que pegar um empréstimo de 12 milhões, cinco milhões a mais. O Governo do Estado teve que pagar para poder se habilitar a fazer um novo convênio. E, eu busquei fazer uma pesquisa profunda, e tenho várias informações. Agora, a minha preocupação é que possamos fomentar essa discussão nesta

Casa, que possamos chamar a ELETROBRÁS, o representante do Ministério das Minas e Energia do nosso Estado, a CERR, a sociedade civil, aquelas lideranças das vicinais, as comunidades indígenas que não estão sendo beneficiadas a virem a esta Casa para discutirmos e sabermos o porquê dessa energia não estar chegando a essas pessoas.

Há um convênio da CERR com o objetivo de atender 9 mil famílias do interior. 64 milhões é o valor do convênio, 85% é oriundo do Governo Federal, 5%, do Governo do Estado e 10% da CERR, e esse convênio se inspira agora em dezembro: 55% dos recursos já caíram nas contas da CERR, e Deputado Gabriel, seriam contempladas 9.396 famílias em todo interior do Estado, mas, até o presente momento, foram contempladas apenas 2.623. O Governo do Estado tem menos de 60 dias para cumprir o contrato e levar energia a 6.763 famílias. Isso é praticamente impossível. E, e esse convênio já foi renovado. Estive lá com o Senhor Cordeiro, do Ministério das e Energia do nosso Estado, coordenador do programa “Luz para Todos”, e ele está trabalhando junto ao Ministério de Energias para tentar mais uma vez renovar esse convênio pela incompetência do Governo e da CERR em não levar essa energia às comunidades.

É dinheiro do Governo Federal que está vindo, e nós não estamos tendo habilidade suficiente para gastar e empregar esse dinheiro nessas comunidades.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Quero colaborar com seu pronunciamento. Agradeço o espaço, pois esse assunto de energia é um assunto extremamente importante, Vossa Excelência toca num assunto delicado. Na verdade, hoje, em 2011, quase 2012, pensar que ainda existem inúmeras famílias vivendo sem energia elétrica é uma situação que deveria realmente embarçar todos nós, já que há muitos anos há a vontade de se acabar com essa deficiência. A questão da energia é sensibilidade, conforto, é melhor qualidade de vida, segurança, produção para essas famílias do interior, cidadania. Então, na verdade, ela é extremamente importante. Agora, cabe lembrar, também, que a CERR, com todas as dificuldades de implantação desse programa no Estado de Roraima, ficou durante muitos anos inadimplente e sem poder trabalhar o programa “Luz para Todos” em razão de dívidas e prestação de contas não realizadas por causa do dinheiro que veio para interiorização do Linhão de Guri, se salvo engano. Então, essa informação é importante, pois a CERR ficou inabilitada durante anos e anos. O dinheiro veio para cá para que a energia fosse levada para o interior do Estado, com a interiorização do Linhão de Guri, mas essa interiorização não foi feita, devido a esse problema encontrado, que agora foi resolvido e está sendo providenciada, essa interiorização. É importante refletir, também, sobre um outro assunto. Hoje, o valor que o Governo Federal paga para que o serviço seja feito é tão pequeno, que os empresários e as empresas não querem participar do programa, porque sabem que o que o Governo paga não dá para cobrir as despesas. Então, é um problema que eu lhe transmito, porque como Vossa Excelência tem contato com o Senhor Cordeiro pode ser uma coisa bem debatida e refletida com ele. É necessário melhorar as condições de prestação desse serviço para que ele se torne mais atraente para a iniciativa privada, para que ela possa dar um andamento mais ágil e mais célere a implantação do programa.

Então, quero me somar a cobrança de Vossa Excelência, pois são milhares de pessoas que estão esperando. Sabemos que num curto prazo de tempo esses atendimentos serão feitos, para que eu possa também me manifestar de forma otimista quanto à prorrogação desse convênio, porque há parlamentares nossos lá em Brasília, como o Senador Romero Jucá, que estão junto com o senhor Cordeiro, trabalhando para que esse convênio seja renovado e seja prorrogado. Portanto, parabéns pela cobrança e obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado Deputado Rodrigo. Constatamos, através do Senhor Cordeiro, que realmente o valor pago para a ELETROBRÁS, para levar a eletrificação à zona rural de Boa Vista, é em média 9 mil reais e, sabemos que para o governo a CERR está custando em média 6 mil reais. Existe esse diferencial mesmo, Deputado Rodrigo, a ELETROBRÁS eleva em média 12 mil metros de rede e sub-rede, as famílias, a CERR eleva no máximo 600 metros. Agora, quem dimensionou o próprio valor da energia nesse custo foi a própria CERR, de maneira equivocada. E, também quero me juntar a Vossa Excelência que existem essas questões das pendências, inclusive, da própria CERR, que recebeu um convênio em 2004, de 23 milhões, recebeu 30%, sete milhões, não completou o serviço e teve que devolver esses recursos para tirar o nome do CADIN. Sete milhões que foram transformados em 12 milhões. Só

assim a CERR se habilitou novamente a fazer um novo convênio de 74 milhões para levar a eletrificação rural ao interior do Estado. E, a nossa preocupação é essa, Deputado Rodrigo, Senhores Deputados, é que possamos cobrar. Não podemos perder essa oportunidade de ter essa chance real de dinheiro em caixa para levar energia a essas pessoas do interior do Estado, que sustentam suas famílias lá, que querem morar no interior, e que não querem vir para a cidade, porque isso só aumentaria o número de pessoas desempregadas na periferia do Estado.

Então, nesse sentido, é que quero apresentar um requerimento no dia de hoje ao Plenário desta Casa, para que possamos promover uma Audiência Pública para ouvir a CERR, as comunidades. Não trouxe nem a baíla as denúncias que tenho. Estivemos, recentemente, eu e os Deputados Brito e Dhiego, na comunidade de Jatobá, e constatamos in loco, redes que atendem os padrões, mas o intuito não é esse. Cabe ao Ministério, a ELETROBRÁS, ao Ministério das Energias fiscalizar, e se não estiver a contento, que a comunidade não receba a obra. Agora, Deputada Aurilena, não podemos perder essa oportunidade, não podemos deixar a CERR se tornar inadimplente novamente, para podermos atender no mínimo essas 6 mil famílias hoje, e para estarmos ampliando esse número precisamos de energia.

Então, quero pedir o apoio dos Senhores Deputados. Vou apresentar o requerimento agora, para promovermos essa Audiência Pública, e ouvirmos aqui os representantes da CERR, da ELETROBRÁS, do Governo Federal, do Ministério de Minas e Energias, coordenador do programa “Luz para Todos” e, também, da sociedade civil, pois o programa é uma gestão compartilhada onde a sociedade faz parte dessa fiscalização.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Só para complementar a sua explanação, por sinal muito boa, quero dizer que realmente ocorreu isso. Lembro-me que aqui nós tivemos que aprovar recursos para tirar a CERR da inadimplência, não é que na época essa situação tivesse sido identificada, porque é uma gestão compartilhada, mas como o Governo Federal é muito presente na fiscalização dos recursos do “Luz para Todos”, na época o que ocorreu? Pelo menos foi isso que nos foi repassado aqui. Tivemos que trabalhar também para a devolução desses recursos. E não foi, Deputado, da forma que ficou definido no projeto. Por exemplo, o projeto defendia energizar uma vicinal X, aí, muitas vezes, faziam um pedaço de outra. Foi esse o problema que o Governo Federal não reconheceu. Em seguida, quando se zerou, veio a primeira etapa do “Luz para Todos” que atendeu 10 mil famílias. Já se atendeu muito, mas, agora, os recursos para essa outra etapa pararam de chegar porque estavam sob fiscalização, para que eles comprovassem a aplicação dos recursos e, agora, uma nova parcela de recursos seria liberada. Então, é bem-vinda essa segunda etapa, pois quando você chega em Caracará, Iracema, Roxinho, em todas essas vicinais, há uma cobrança muito grande em cima de nós que somos Deputados: “Ah! passou por aqui a rede elétrica, mas eu não tenho luz na minha propriedade”. Então, servirá para conhecermos por que naquela vicinal não há luz? Porque não há geração no eixo principal, aí não pode chegar nas vicinais. Por que o Apiaú, às vezes, passa uma semana sem luz? Porque quando ligam todas as lâmpadas, parte da rede de transmissão que transmite energia numa quantidade pequena não atende ainda a demanda do próprio “Luz para Todos”, que leva a rede a todas as vicinais. Hoje, você chega em Mucajaí, Cantá, por exemplo, e vê pedaços de rede elétrica saindo desses municípios para complementar energia das vicinais e podemos dizer que em quase todas as vicinais, com exceções dos picadões, há luz, mas no nosso eixo da BR-174, enquanto o Linhão de 69 não existir, nós vamos continuar com esse problema nas nossas vicinais.

Mas, o “Luz para Todos” tem sido um programa bem vindo, e ele tem o acompanhamento do Governo Federal muito de perto, e é muito bom que a gente discuta aqui essa ação.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. - Obrigado. Peço ao setor competente que some o aparte de Vossa Excelência ao meu discurso. Entendo a preocupação da Deputada, pois sabemos que o Ministério das Energias fiscaliza. Eles têm um padrão e não fogem daquele padrão, se não atender as exigências, é reprovado, se torna inadimplente. E, é com esse objetivo que nós queremos ouvir, principalmente, as comunidades que não foram atendidas. Existem denúncias que em época de campanha política “A” ou “B” usa desse mecanismo, do “Luz para Todos”, para prometer e enganar moradores em algumas vicinais. A minha preocupação como Deputado é que não podemos perder essa oportunidade de fazer com essas famílias que moram no interior do Estado recebam energia.

Presidente, quero colocar na Ordem do Dia esse requerimento

para nós tentarmos fazer uma audiência, convocando todas as partes envolvidas. Era isso Senhor Presidente, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, membros dos meios de comunicação, pessoas que nos acompanham neste Plenário e a todos que nos acompanham também através do sinal da rádio comunitária Anauá na região sul do Estado, a todos o nosso cordial bom dia.

Senhor Presidente, uso dessa tribuna hoje para trazer uma questão que tem preocupado alguns Deputados desta Casa e que nos faz chegar num entendimento do que é para mim, e para outros companheiros, fazer parte da base aliada do governo. Entendo, Senhor Presidente, que fazer parte da base aliada, Deputado Rodrigo, é além de defender os interesses do Governo, que devem ser os interesses evidentemente da sociedade, fazer parte da construção dos projetos, das políticas públicas que o governo pretende implementar, ou seja, ajudar a construir isso lá no seu nascedouro, porque cada um de nós representa um seguimento da sociedade roraimense. E, quando o Governo manda um projeto para esta Casa, ele vem trazendo os anseios dessa categoria. Quando o projeto está em construção, nós, Deputados, recebemos aqui nesta Casa diversas representações, comissões desse seguimento reclamando a participação do Parlamentar na construção desse projeto. E, além de ajudar na construção desses projetos, eu entendo que fazer parte da base aliada do governo é ver as Indicações como uma forma de Proposição do Deputado, ao verificar suas bases e verificar os anseios da comunidade, como a recuperação de uma ponte, a extensão da rede de energia, a recuperação de uma escola. Isso faz parte das Indicações que o Parlamentar apresenta nesta Casa para serem encaminhadas ao executivo, e ele que ver essas indicações receberem pelo menos um tratamento justo e ter o retorno disso, mesmo que não possa ser atendido naquele momento. Vejo que isso são condições, são elementos que levam, efetivamente, um parlamentar a fazer parte da base aliada, ter um tratamento de reciprocidade, defender os interesses do governo que são os interesses da sociedade, e ver, também, as demandas que vem de sua base recebida no executivo pelos secretários e ter um retorno disso. Entretanto, infelizmente, temos observado que isso não está acontecendo isso. Nós vemos projetos que vão impactar, de forma profunda, as bases dos Deputados, e a esses não é facultado a possibilidade de apresentar sugestões para que esses projetos que vêm do executivo contemplar essas demandas de determinado setor de uma categoria, de uma área como a agricultura, a Segurança Pública. Cito, por exemplo, projetos que trouxeram clamor a esta Casa, como o caso do Projeto de Lei que alterou a Lei Complementar das Carreiras dos Policiais Militares, que tivemos de apresentar diversas Emendas, tentando corrigir, para que efetivamente não houvesse insatisfação daquela categoria. Outro projeto, por exemplo, é o da Carreira das Promoções da Polícia Civil. E chegaram informações nas bases de que ele estava sendo feito de uma forma que não contemplava um terço daquela categoria. Então, essas demandas causam desgaste para a base aliada do governo, e nos coloca, algumas vezes, em cheque, porque queremos participar da construção e as portas, muitas vezes, não são abertas. E, quando a gente vai em busca dessa construção, nos dizem: não, esse projeto vai chegar na Assembleia Deputado e o Senhor vai poder debater isso, discutir nas comissões. Entretanto, quando o projeto chega na Casa, ele vem com a tramitação em regime de urgência, o que nos poda o uso de diversos mecanismos previstos no Regimento Interno para que possamos fazer modificações. Além do que, existem emendas que não podemos apresentar porque podem ser vetadas por inconstitucionalidade, porque podem aumentar a despesa do Executivo, coisa que já poderiam vir sanadas na origem. Então, essas questões nos colocam num conflito e nos impossibilita um maior debate sobre a matéria. Quando nós vamos analisar essas matérias, verificamos que muitas não necessitam do regime de urgência, poderiam tramitar dentro do rito ordinário desta Casa. E por que se dá esse rito de regime de urgência? Mas, antes de concluir o meu raciocínio, concedo um aparte ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Eu queria parabenizá-lo e dizer que Vossa Excelência tem razão. Hoje, nós estamos tolhidos no nosso Poder de legislar. E, Vossa Excelência, por ser da base de apoio ao Governo, busca o caminho da construção de uma ideia, ou melhor, de uma proposta que, por ventura, venha do Executivo. Porém, nem sendo da base o Executivo respeita. Vossa Excelência tem se queixado, assim como outros Parlamentares que tentam, dentro do absoluto espírito da negociação, encontrar uma alternativa, porque nós somos cobrados por nossos eleitores para

trabalhar em prol deles. Isso não significa apenas dar melhorias salariais, mas trabalhar no aperfeiçoamento de uma legislação que diz respeito a algumas categorias. Pois bem, quem é da base do Governo busca um entendimento com os órgãos do Governo para que isso já venha construído, já que muitas vezes essas matérias geram despesas. E, é inconstitucional nós fazermos qualquer alteração nesse sentido. Mas, nem assim o Poder Executivo tem a sensibilidade de chamar para negociar e ver quais são os pleitos e de que forma estamos sendo cobrados para que a gente possa discutir isso. Deixa para discutir tudo aqui no Plenário que é o fórum legítimo. Entretanto, quando vem para cá, o próprio Governo trata de trabalhar a sua base para derrotar algumas alterações que, às vezes, os membros da base querem modificar. Portanto, eu entendo o desânimo de Vossa Excelência. Entendo a apatia que estamos vivendo no Poder Legislativo por absoluta insensibilidade do Poder Executivo. Mas, se entendermos que o papel do Legislativo é legislar, e que nós temos o poder de fazer essas modificações, nós vamos avançar muito nesta Casa. Nós não podemos nos curvar ao Poder Executivo e não podemos ser subservientes. Vossa Excelência está com razão, e se quisermos, fazemos as alterações que acharmos necessárias.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Remídio Monai** – Deputado Chagas, quero aqui me juntar ao seu discurso e dizer que, infelizmente, a nossa casa vive um momento bastante delicado. Nós vimos, neste momento, que as instituições fiscalizadoras estão fiscalizando de forma rigorosa. E, muitas vezes aqui, nesta Casa, estamos perdendo muito tempo discutindo problemas pessoais. Eu quero assumir a minha mea culpa pelas nossas comissões que, infelizmente, não vêm fazendo o seu papel. O Tribunal de Contas está fazendo um trabalho extraordinário nas prefeituras e no Governo do Estado, e as Comissões da Assembleia poderiam estar mais atuantes nessas situações.

O Estado vive uma situação difícil em vários setores e o Governo envia projetos para esta Casa com uma certa urgência urgentíssima. E, vem aqui a Defensoria Pública para aumentar salários, a PROGE. Estamos aqui com um pedido para que sejam pagas quatro extraordinárias para os conselhos em regime de urgência urgentíssima. Então, eu quero aqui me juntar ao seu discurso e dizer que nós somos aliados, mas há coisas muito mais urgentes em prol da população mais carente que não estão sendo resolvidas. E, temos também o projeto do pátio do DETRAN, que também não tenho simpatia por ele. Portanto, não contem comigo nesses dois projetos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, começando por colocar uma máxima que eu ouvi no Congresso Nacional: “Os Parlamentos de uma forma em geral estão divididos em três núcleos distintos dentro de cada parlamento, existem aqueles que geralmente são um número restrito, que são os chamados adeptos da lei de Gerson. Depois vem um grupo um pouquinho maior, mas igualmente pequeno, que são os carregadores de piano que são aqueles que trabalham, que participam das comissões, que estudam os projetos, se dedicam, aceitam as questões. E, por último, há aqueles que o jargão popular apelidou de baixo clero, que são o resto dos Deputados. Eu estou apenas transmitindo o que tenho ouvido no julgo popular. A nossa Assembleia já está enfraquecida pelas limitações que a própria Constituição nos impõe, ainda está sobrecarregada como colocou aqui o Deputado Chagas, ou seja, ideia essa que eu partilho em gênero, número, grau, pois não podemos ser mais tolhidos do que já somos de participar do processo legislativo. Nós precisamos reexaminar a nossa relação enquanto Deputados da base de apoio ao Governo para que sejamos ouvidos quando as decisões forem importantes, que não haja só um ou dois. É por isso que existe a figura do líder para ser esse articulador do processo com sua Excelência o Governador. É por isso que eu me como às colocações de Vossa Excelência e também não estou disposto a votar projetos polêmicos que, muitas vezes, não são urgentes, sem uma discussão mais aprofundada e sem a participação do Deputado no processo de construção dos projetos. Muito obrigado.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu só queria, aproveitando o que disse o Deputado Remídio e o Deputado Erci, fazer uma colocação bem clara. No nosso Regimento Interno está escrito quais são as condições em que um projeto deve ser submetido a esta Casa sob o regime de urgência. E, os que não estão inseridos dentro daquilo que estabelece o Regimento, a Mesa e o Plenário podem tirar do regime de urgência. E, quando o regime de urgência é devido, de acordo com o Regimento, ele tem 45 dias para tramitar nas Comissões. Esses projetos que estávamos discutindo há pouco, estão há mais de 45 dias aqui. Pediria que os projetos que se

encontram aqui, que não se caracterizam de acordo com nosso Regimento Interno com regime de urgência, que o Deputado Chico Guerra, se disponha a devolvê-los aos autores para que corrijam de acordo com o Regimento Interno. Nós não somos obrigado a votar projetos em regime de urgência, e quando houver a caracterização, eles tramitam em 45 dias. E aí, a mea culpa do Deputado Remídio para que não deixemos que esses projetos fiquem 60, 70 dias aqui, e, muitas vezes, até nem tomamos conhecimento. Obrigada.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. Obrigado, Deputada Aurelina.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Coronel Chagas, quero parabenizar Vossa Excelência pelo excelente discurso, por sair em defesa da democracia. Eu entendo que esse artifício usado pelo Poder Executivo de solicitar urgência urgentíssima aqui, que recai sobre a não possibilidade de pedirmos sequer vista desses processos e votarmos de maneira atropelada, sem antes debatermos e discutimos, é maléfica a democracia, é maléfica ao nosso povo. Há um mês atrás solicitei, através de ofício, ao Senhor Presidente, que fosse devolvido para o Poder Executivo todos aqueles projetos que estavam aqui em regime de urgência e que não configuravam urgência, e ele disse que não poderia fazer isso. Então, eu elaborei um requerimento que foi apresentado nesta Casa para que definissem realmente o que é urgência, de acordo com o nosso Regimento Interno, para que possamos votar em regime de urgência o que é urgência, e votarmos normalmente o que não é urgente.

Gostaria de pedir permissão a Vossa Excelência para fazer um parâmetro rápido. Gostaria que o governo entendesse que urgente mesmo, Deputado, é a necessidade do nosso povo quanto à geração de emprego e renda, urgente mesmo é o produtor rural que está sem vicinal, sem assistência técnica, sem investimento, é a lisura dos atos públicos que o governo não vem praticando, é atender as necessidades dos seguimentos da educação, da saúde e segurança, que ele não entende como urgente. Isso sim, é urgente. O nosso povo clama e ele deveria entender como urgência e aplicar os recursos para atender as necessidades do nosso povo. Parabéns a Vossa Excelência e conte comigo.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Obrigado, Deputado, por suas palavras.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Deputado Chagas, quero parabenizar Vossa Excelência pela coragem de dizer aquilo que realmente devemos fazer aqui, no Parlamento. Eu gostaria de votar em regime de urgência o projeto do Governo do Estado para a educação, para a saúde, para a mecanização da agricultura familiar, para a geração de empregos, mas, infelizmente, esses projetos que visam beneficiar uma grande massa da população do nosso Estado, nunca chegaram nenhum, e acredito que esse ano não vai chegar. Por isso, quero me somar a Vossa Excelência com relação a esses projetos que não têm a necessidade de serem votados em regime de urgência, porque carro e lataria não se apodrece do dia para noite, e não é do dia para noite que vamos aprovar a taxação de carros, e resto de carro velho. Vamos ter que analisar e reunir as Comissões para que possamos fazer juízo e votar consciente aquilo que é realmente prioridade, pois, para isso fomos eleitos, não fomos eleitos só para está votando em favorecimento de poucos, e não beneficiar o resto da população do Estado de Roraima. Parabéns e conte conosco para fazer o bem para o Estado, votando aquilo que é necessário. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Chagas, quero comungar com suas ideias e dizer que esses projetos de urgência, de urgência não têm nada. Nós temos que mandar um recado para o Senhor Governador, quando os projetos forem colocados dessa forma, a gente vote contra para mostrar que não concordamos com projetos que não beneficiem a maioria da população. Então, que venham de urgência urgentíssima, para mandarmos o recado dizendo que não, e assim o Governador entender o que é de urgência e o que não é. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier** – Deputado, acho que diante dos fatos que vem ocorrendo nesta Casa com relação aos Projetos de Lei, que a Assembleia Legislativa poderia adotar uma postura em relação a isso, sem nenhum problema, e a própria base aliada do Governo pode rever ... Eu gostaria de saber qual é a finalidade da criação do grupo. Ainda agora, falando em independência, eu estava conversando com alguns membros do Tribunal de Contas do Estado que querem a autonomia financeira, administrativa e orçamentária, a independência daquela

corte, coisa que eu considero, no mínimo, fora de hora. Contudo, gostaria que Vossa Excelência explicasse a questão do Bloco da Independência. Esse Bloco é um Bloco de apoio ao Governo ou de oposição ao Governo? Vossa Excelência poderia me explicar a finalidade desse Bloco de Independência para que eu possa entender e, até mesmo, para que eu possa nortear as minhas ideias e passar para a imprensa, porque, às vezes a imprensa nos pergunta, sobre esse Bloco da Independência. O que é independência? Significaria uma ala 3? Então, eu gostaria que Vossa Excelência explanasse isso para que ficasse registrado na imprensa.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigado Deputado. Quero agradecer a todos os Deputados que nos apartearam pelas palavras. Acredito, pela maioria esmagadora, que esse é o sentimento que reina dentro da Casa, as divergências quanto a alguns pontos, alguns projetos e, principalmente, com relação à questão das demandas das bases dos Deputados, e aos Deputados da base não conseguem discutir para construir os projetos que chegam a esta Casa. E, depois de chegar aqui, a dificuldade para se corrigir os projetos é muito grande e isso tem gerado insatisfação, tem gerado divergências. Eu acredito que essa questão é um ponto comum, há um entendimento quanto a isso, haja vista, as manifestações dos que me apartearam agora há pouco. Com esse sentimento, e visando fazer com que esta Casa efetivamente cumpra com o sua missão constitucional que é debater projetos que visem os interesses coletivos e o bem comum, Deputado Jalser, nós, em diversas conversas, e já chegando ao seu questionamento, chegamos ao entendimento de que nós devemos ter um posicionamento mais crítico com relação a alguns projetos que chegam a esta Casa, no sentido de atuarmos de forma crítica, verificando o que realmente carece de tramitação em regime de urgência. Devemos, realmente, dar prioridade ao que interessa a sociedade e não a determinados segmentos pequenos a exemplo, de um projeto que visa terceirizar a remoção do estacionamento da garagem dos veículos apreendidos pelo DETRAN, que no final vai causar mais um custo para o cidadão. Para que regime de urgência se o DETRAN tem mais de 20 anos e nunca criou esse estacionamento? Por que não debater com maior amplitude essas questões? Então, pontos dessa natureza é que fizeram com que eu, o Deputado Erci, o Deputado Naldo da Loteria, o Deputado Remídio e o Deputado Joaquim Ruiz tomássemos a decisão de atuarmos em conjunto, no sentido de discutirmos cada uma dessas matérias, para de buscar o que é melhor para a sociedade. É importante frisar que nós não temos nenhum desentendimento com a oposição como, a propósito, alguns colegas tentam insinuar para criar um mal estar. Continuamos fazendo parte da base, mas analisando, discutindo e buscando a convicção e votando de acordo com esse entendimento que esse grupo dos 5 irá firmar. Eu acho que, na verdade, é esse o posicionamento que tem que ter cada Deputado aqui, votar aqueles projetos que efetivamente visem o interesse coletivo e o bem comum. Muito obrigado a todos.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu mais uma vez mudei a linha do meu discurso na Sessão de hoje. Vou começar falando sobre a Grécia, que hoje está tão em evidência devido a sua crise econômica e seu comprometimento ao euro. Mas, eu queria lembrar aos Senhores Deputados que há 600 anos antes de Cristo, a Grécia criou a Democracia. Portanto, democracia etimologicamente vem de “demo” que significa povo e “cracia” que significa poder do povo. E, a Grécia começou a ouvir seus cidadãos em praça pública que, naquela época, era chamada de ágora. Depois veio, também na Europa, Montesquieu, que fez a repartição dos poderes criando o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário para conviverem de forma harmônica, mas independente. Portanto, faço esse pequeno relato da história para lembrar momentos aqui em Roraima, pois temos questionado esse caráter de urgência.

E trago aqui, uma Mensagem Governamental que trata de dois itens, do artigo 2º, Inciso I, o número máximo de reuniões mensais ordinárias remuneradas será de oito. Isso dos Conselhos de deliberação coletiva da administração direta, autárquica e fundacional do Estado de Roraima. Inciso IV, poderão ser convocadas tantas reuniões extraordinárias quanto forem necessárias, sendo remuneradas no máximo quatro. E pasmem, na sua mensagem o Governador pede urgência. Eu sei que muitos aqui podem até terem feito parte de Conselhos e dirigido autarquias e sabem que, muitas vezes, só fazem uma reunião por mês. Nós sabemos, de forma prática e clara, que esses Conselhos são para remunerar amigos, pessoas do círculo de intimidade.

Serão necessárias oito reuniões? Serão necessárias quatro reuniões? Fica a indagação, mas, com certeza, no mínimo quatro serão remuneradas, entretanto, onde reside a urgência desse projeto? Agora, vulgarizou, Deputado Rodrigo Jucá, qualquer projeto sem nenhuma significância vem em caráter de urgência. E, eu louvo aqui, o posicionamento do Deputado Chagas, da Deputada Aurelina. Quem não se lembra que o Garibaldi Alves, quando era Presidente do Congresso Nacional, devolveu uma medida provisória para o Executivo. Por que aqui nós temos que dizer amém a esse regime de urgência? Deputado Guerra, eu tenho em mãos a Emenda Constitucional nº 23, de 07/07/09, e nós, todos que estamos aqui, juramos cumprir a Constituição desse Estado, juramos cumprir a Constituição brasileira. O Senhor Governador jurou cumprir a Constituição, assim como o Juiz, o Promotor, o Conselheiro, todos prometemos cumprir a Constituição e eu falei num aparte ao Deputado Brito, na semana passada, que me causa espécie o Presidente da CODESAIMA, que é um ex-Deputado constituente originário, dizer que não vai atender ao pedido de informação do Deputado porque não foi aprovado em Plenário. Pois bem, anteriormente foi um Requerimento aprovado em Plenário, mas se continua debochando do Poder legislativo e a resposta não chega. Vossa Excelência, Presidente Guerra, tem um instrumento soberano que é a Constituição deste Estado. Vou ler para Vossa Excelência; Artigo 33, Inciso XXXII: “os titulares da Universidade Estadual de Roraima, da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima, da Companhia Energética de Roraima, da Companhia de Desenvolvimento de Roraima, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, da Fundação do Meio Ambiente Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima, do Instituto de Defesa Florestal do Estado de Roraima, da Agência de Fomento do Estado de Roraima, da Agência de Defesa do Estado de Roraima, do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima, da Procuradoria do Estado de Roraima, da Junta Comercial do Estado de Roraima e da Defensoria Pública do Estado de Roraima, comparecerão, anualmente, ao Poder Legislativo, em data fixada por este, para apresentação de relatório de atividades anuais desenvolvidas e planos de meta para o ano seguinte, os quais serão referendados por maioria absoluta em votação secreta e cuja rejeição implicará no afastamento imediato do titular”. Chamemos aqui, esses que desafiam o Poder Legislativo, chamemos aqui e peçaamos o relatório anual de suas atividades, cobremos o que eles estão propondo para o próximo exercício. E, depois de ouvi-los, nós vamos sabatiná-los e vamos votar para que eles permaneçam ou não à frente do órgão de forma secreta. O instrumento está aqui, falta coragem a este Poder para obedecer à soberana constituição do Estado de Roraima. Digo mais, Senhor Presidente, aqui no artigo 33, inciso 31º, os nomeados para casos previstos no Inciso 18º, mesmo que interinamente, que não forem encaminhados para apresentação e votação pela Assembleia Legislativa, nos 30 dias seguintes serão considerados afastados e seus atos, decorrido esse período, nulos. E sabe com quem está acontecendo isso aqui, Deputado **Remídio Monai**, com o Procurador Geral do Estado de Roraima. Está acontecendo isso que está aqui na Constituição, com o Procurador Geral do Estado de Roraima. Você já pensou se qualquer um de nós formos arguir que os atos do Procurador do Estado, que representa o Estado em causas soberanas, em causas superiores, na defesa da instituição do Estado de Roraima, serão considerados atos nulos? É constitucional. Vou repetir o que o Ulisses Guimarães disse: “Podemos discordar, mas desrespeitar jamais”. A ninguém, Deputado Chagas, é dado o direito de desrespeitar a Constituição Federal. Portanto, eu estou chamando a atenção de Vossa Excelência, desculpa a expressão: chamando a atenção, porque nós temos cobrado. Há um requerimento que foi aprovado no primeiro semestre pedindo Informação do ITERAIMA, e fizeram ouvido de mercador e o Poder não reage a isso. Não foi o Requerimento do Deputado **Famarion Portela**, do Deputado **Mecias de Jesus**, do Deputado **Gabriel Picanço**, foi do Poder, da Instituição. Então, nós temos que nos valorizar. Nós não podemos aqui nos comportar como um anexo arquitetônico do Poder Executivo. Nós não podemos nos comportar dessa maneira. Nós temos que nos respeitar, que nos valorizar e fazer com que este Poder seja entendido por outros Poderes como firme para conviver de forma harmoniosa e independente, mas firme no propósito da defesa dos interesses soberano da sociedade de Roraima.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Deputado, a seu discurso é bem-vindo. Acho que foi encaminhado a esta Casa, dentro do período constitucional, o pedido de votação do Procurador Geral do Estado, cabe a Mesa encaminhá-lo

para votação. Acho que foi encaminhado para esta Casa, dentro do prazo legal, aqui é que estamos com essa tramitação atrasada.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** continua – Deputada **Aurelina Medeiros**, com toda humildade quero dizer que eu, o Deputado **Coronel Chagas**, depois Vossa Excelência que é o nosso jurisconsulto aqui, podemos até esclarecer isso. Eu confesso que tenho dúvida na verdadeira interpretação do texto eu vou ler: os nomeados, mesmo que interinamente, que não forem encaminhados para apreciação e votação. Aí é que me chama a atenção essa votação, para apreciação e votação pela Assembleia Legislativa. Aí, na minha leitura, os 30 dias cobrem as duas coisas, pode ser que eu esteja errado, estou dizendo que reconheço, mas, na minha visão, os 30 dias estão acobertando esses dois fatores. Vejam bem, que forem encaminhados para apreciação e votação pela Assembleia Legislativa, nos 30 dias seguintes, serão considerados afastados e seus atos decorrentes, nesse período, nulos. Eu confesso que aqui está me deixando dúvidas na interpretação, mas como os 30 dias vem a *posterior e*, em cima dos dois itens, eu entendo, na pior das hipóteses, até pedir aos nossos consultores que nos esclareçam, o que quis dizer efetivamente esse artigo. Contudo, de qualquer maneira está aqui o instrumento para as pessoas entenderem que o Poder Legislativo está de pé, está posto verticalmente, para entenderem que o Poder está às ordens, mas sempre respeitando os princípios constitucionais.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Deputado Famarion, inicialmente, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Acredito eu, na análise que faço, no mesmo sentido que usei da Tribuna, que há a necessidade de fortalecer esta Casa e de nos fazermos valer da nossa missão Constitucional, e cumprir, e agirmos de tal forma. No tocante a sabatina de presidente de órgãos como a PROGE, entendo que o Poder Executivo tem que, antes de completar 30 dias, encaminhar a Indicação para esta Casa, ou seja, o Executivo faz a sua parte, e cabe a nós adotarmos as providências. No caso específico do Procurador Geral, o que atrasou é de conhecimento de todos, a Indicação foi de um profissional de alta capacidade, conduta ilibada, com condições como vem conduzindo a PROGE, mas que não preenchia um dos requisitos que a nossa Constituição estabelecia, ou seja, ter 35 anos de idade e mais 10 anos de advocacia, e concomitantemente foi encaminhado a esta Casa uma PEC e não se fez essa sabatina enquanto não fosse aprovada essa PEC. Houve diversos debates, até que houvesse um entendimento. Ela foi votada e aprovada por dois terços desta Casa e, posterior a isso, não feita a sabatina, uma Comissão Especial pediu prorrogação. E, já solicitei isso ao Presidente, e o compromisso dele é que até o final de novembro essa sabatina seja realizada para que depois ele seja submetido ao Plenário desta Casa. Acho que temos que adotar medidas para que isso não venha a se repetir, até porque, estamos sendo coniventes com essa situação, base e oposição. Acho que temos que buscar o cumprimento da nossa carta maior e do nosso regimento interno. Corroboro com tudo que Vossa Excelência falou nesta Tribuna e o parabenizo. Coloco-me à disposição no sentido de trabalharmos sempre buscando o fortalecimento desta Casa, que é um órgão não só legislador, mas principalmente, fiscalizador. Obrigado.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** continua. Obrigado Deputado Coronel Chagas, agradeço o aparte de Vossa Excelência e espero que a gente tenha sempre a oportunidade de estar trocando ideias. Ninguém é o dono da verdade, vivemos aprendendo no dia a dia. Eu aprendo todo dia, e a vida é assim, uma grande escola para todo mundo, para qualquer cidadão. A vida nos ensina diariamente. E, quero louvar a iniciativa do Senhor Governador por ter escolhido uma pessoa para ir a PROGE, uma pessoa concursada, que se submeteu a exame no processo seletivo e entrou pela porta da frente. E, sempre defendendo isso, assim como já tive coragem de dizer, vou dizer aqui na Tribuna, acho que um Delegado também deveria ser indicado para ser Secretário de Segurança Pública. É preciso dar a essa gente oportunidade, pois eles são os verdadeiros operadores da segurança pública.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Deputado **Famarion Portela**, só para colaborar com relação à questão que foi colocada pela Deputada **Aurelina Medeiros** e pelo Deputado **Coronel Chagas**. Na realidade, o nosso texto da Constituição deixa dúvidas, porque diz que é 30 dias para encaminhar e votar, ou seja, entenda-se que sejam 30 dias para que o Governo encaminhasse. Agora, por exemplo, quanto tempo nós temos que levar para votação? Se a Comissão tem 34 dias para analisar, com regime de urgência urgentíssima, quanto tem para sabatar um dos

encaminhados para cá? A questão deixa essa lacuna, mas entendo que, uma vez que o governo encaminhou dentro dos 30 dias, os atos deles permanecem valendo até que a Assembleia Legislativa vote ou não. No momento em que a Assembleia Legislativa aprovar, serão convalidados os atos até a data da votação e, a partir da votação, se negado, daí para frente deverá ser afastado automaticamente. Eu acredito nisso, porque a nossa Constituição e o nosso Regimento estabelecem prazos diferentes com relação a essa análise. Então, entendo a situação do Procurador, mas já tem mais de 20, 30 dias que nós aprovamos a PEC e eu acho que daqui para a frente está aberto para que a Comissão convoque o Senhor Procurador para que seja sabatinado, para que a gente possa colocar em Plenário o nome dele para a votação.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua- Obrigado Deputado **Célio Wanderley**, pelo aparte esclarecedor de Vossa Excelência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Eu serei breve, Deputado. Quero tecer comentários não em relação ao texto constitucional específico, se foi enviado ou não dentro do prazo legal. Acho que podemos manter essa discussão aqui na sabatina e na aprovação ou não do Procurador. Mas, é preciso que o Poder Legislativo, a presidência do Poder dê uma resposta, pois agora sou eu quem está cobrando, Senhor Presidente, de forma urgente urgentíssima, respostas com relação àqueles Requerimentos que foram aprovados no Plenário, para que os presidentes dessas empresas que foram convocados, compareçam e cumpram o texto Constitucional. Essa é a primeira parte do discurso do Deputado **Flamarion Portela**, precisamos que a Mesa, e Vossa Excelência preside este Poder, dê ao Plenário, essas respostas de forma urgente para sabermos quando essas pessoas irão vir prestar os esclarecimentos necessários, cumprindo o que diz a Constituição do Estado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Obrigado, Deputado. Portanto, Senhor Presidente, eu agradeço a benevolência de Vossa Excelência e era o que tinha para hoje.

O Senhor Deputado (**Chico Guerra**) – Senhor Deputado **Chicão da Silveira**, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, pessoas aqui presentes. Hoje, iria usar esta Tribuna para falar de um outro assunto, mas como fui bastante cobrado, quero dizer que eu adoraria ser presidente de um poder igual aquele que o Flamarion colocou aqui. Aquele é que é o Poder que eu sonho em ser Presidente, mas em um colegiado de iguais, as coisas são difíceis. Vossa Excelência que já foi dirigente de um Poder, sabe que, muitas vezes, não fazemos aquilo que queremos fazer, não conseguimos fazer aquilo que idealizamos fazer para que as coisas continuem. Nós temos tentado ao máximo fazer com que as coisas funcionem, que andem bem aqui na Assembleia Legislativa. Todos os Pedidos de Informações, quando chegaram às cobranças, nós reiteramos esses pedidos. Como diz a Lei, reiteramos a primeira, a segunda, a terceira e na quarta já faremos a denúncia no Ministério Público. Podem me cobrar isso, podem procurar o prazo que a lei manda para que as pessoas atendem para esse tipo de pedido, que eu vou fazer isso com a maior tranquilidade do mundo, porque eu quero administrar um Poder igual aquele que o Flamarion colocou aqui. Esse é o meu sonho, pois vivo aqui há vinte anos, metade da minha vida passei aqui nesta Casa legislativa e ninguém gosta mais desta Casa do que eu. Podem até gostar igual, mas mais, com certeza, não. Por isso, temos que prestar atenção quando se é convocado e quando se é convidado, pois quando se convida um membro do Governo para vir aqui, ele vem se quiser, eu não posso obrigá-lo e trazê-lo, mas quando ele é convocado, aí ele é obrigado a vir aqui. Por isso, quero que prestem atenção nos seus Requerimentos, pois grande maioria deles, cerca de 95%, estão apenas convidando os Senhores Secretários para que aqui viessem. Portanto, me cobrem essa posição e olhem os prazos, pois estamos atentos a isso e ao que vamos fazer. Mas, o que quero abordar nesta Tribuna, é defender o Poder, que é uma das minhas obrigações, com relação à charge da Folha de Boa Vista na segunda-feira, onde diz: está chegando o fim do ano e a produção da Assembleia é apenas briga. Tivemos muitas, bastante, qual é o Parlamento que não briga? Apenas aquele Parlamento que está adormecido. E, eu faço questão que esse Parlamento brigue, mas brigue muito, contudo, dentro daquilo que é aceitável e do ideal, que é a melhoria do nosso Estado. Intrigas? Onde há brigas há intrigas, é um jogo de interesses políticos. Denúncias? Houveram muitas, mas estão sendo apuradas e em breve teremos o resultado disso tudo. Divulgaram essa matéria como se nós não tivéssemos feito absolutamente nada durante este ano que passou. Estou preparando o último

pronunciamento do ano para prestar contas ao povo, mas nesta Casa, durante este ano, foram discutidas uma série de problemas que afligem a nossa população, e não é justo esse tipo de acusação a Assembleia Legislativa diante de tudo o que foi feito. Eu milito aqui há 20 anos e sei que o Poder Legislativo nunca produziu tanto como produziu este ano. Esta Casa foi palco de discussões, pois este é o trabalho do Senhor Parlamentar, quando se vê uma crítica desse tipo, se acha que o Parlamentar tem a obrigação de construir ponte, de levar rede elétrica, mas não é isso. Temos a obrigação de chamar a sociedade e discutir com ela os nossos deveres e passar essas informações às autoridades que têm o dever de transformar essas ações em ato real. Portanto, fica aqui o nosso desagravo. Quero crer que isso tenha sido só mais um relato e como diz aquela velha máxima: parece que o povo tudo esquece. E, parece que a nuvem do esquecimento passou alí pela Folha de Boa Vista, um jornal sério que tem 28 anos de bons serviços prestados ao Estado, mas eu não posso aceitar esse tipo de crítica, pois quando olhamos para trás, sabemos que muitas coisas boas aconteceram este ano. Muito obrigado.

Não havendo mais nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia com a discussão e votação do Requerimento nº 058/11, solicitando a realização de Audiência Pública para discutir sobre a aplicação dos recursos e a qualidade na execução dos serviços do Programa “Luz para Todos” no Estado de Roraima.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do requerimento nº 058/11.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Requerimento nº 058/11.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão o Requerimento nº 058/11, com doze assinaturas.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, o requerimento, como falei agora há pouco, tem como objetivo discutir a verdadeira aplicação desses recursos, cobrarmos das autoridades competentes a plena execução, com o intuito de atendermos essas famílias que tanto precisam de energia para terem o mínimo de cidadania possível. Sabemos que muitas famílias precisam dessa energia, famílias que a qualquer momento podem deixar seus lotes no interior e somar com a grande quantidade de pessoas que estão desempregadas na periferia da nossa cidade. O nosso objetivo é chamar as autoridades, cobrar, dar a nossa contribuição no sentido de termos a aplicação efetiva desses recursos. Sabemos que essa demanda aumenta constantemente, principalmente, com a titulação das nossas terras. As pessoas estão voltando para o campo, novas famílias estão morando no campo e precisam ser adicionados, inclusive, já existe uma demanda muito grande do programa “Luz para Todos” beneficiar as pessoas que não foram contempladas, porque na época em que a ELETROBRÁS e a CERR passaram cadastrando, essas pessoas não moravam lá, mas agora estão voltando para o campo pela falta de emprego e da oportunidade de terem uma estrutura mínima que todo cidadão tem direito nas suas residências. Eu peço a aprovação desse requerimento para que possamos fazer essa audiência ainda neste ano, para chamar as partes envolvidas e convidarmos as lideranças comunitárias para que venham aqui, relatar se as comunidades estão recebendo energia, se estão recebendo, mas não é o suficiente. É preciso que façamos justiça para aquelas empresas que cobriram a demanda, e cobrarmos daquelas que não atingiram seu objetivo.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu não tenho nenhuma dúvida da sua intenção. Já falei em um aparte quando o Senhor estava na tribuna, mas eu gostaria de ter um tempo, pelo tamanho e a diversidade das questões que estão sendo levantadas no requerimento. Eu queria ter a oportunidade de ver melhor, pois não sei se eu entendi, mas a gente fala de discutir apagões, queima de equipamentos, várias outras razões que foram colocadas que não são próprias da questão da liberação dos recursos e da execução do programa “Luz para Todos”. Eu queria pedir o adiamento, que fosse transferida para amanhã a votação, para eu tomar conhecimento.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quando citamos a questão dos apagões e que existem algumas comunidades em que a energia ainda não chegou como deveria chegar, a preocupação é porque não chegou. Por exemplo, em algumas comunidades que visitamos, a ELETROBRÁS não aceitou receber o serviço em virtude da qualidade do serviço feito. Há um poste padrão e 4, 5% dos postes não atendiam as regras, no primeiro vendaval eles caíram. Isso causa prejuízo a comunidade. Nós sabemos que existem os problemas da

geração de energia, mas existem também os serviços de má qualidade oferecidos em algumas comunidades. E, a nossa intenção é chamar aqui as autoridades, mas, também, os representantes. Inclusive, falei com o Deputado Marcelo Natanael, e pedi a sua ajuda no sentido de identificar algumas lideranças no interior. Eu tenho a relação de todas as vicinais e municípios que serão contemplados, para que possamos chamar pelo menos um representante dessas pessoas, mesmo que não tenham direito a fala, para que coloquem suas necessidades no papel, pois existem comunidades no interior que não sabem nem a quem reclamar. Nos locais que a energia chegou, tudo bem, e nos locais que está faltando, o que está acontecendo? É a energia que não está chegando dentro da especificação técnica exigida? Está danificando aparelhos eletrônicos? Essa é a discussão.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Eu sou favorável ao requerimento do Deputado Sampaio porque vai ser muito bom para o próprio projeto e, principalmente, para que se possa trazer para discussões nesta Casa problemas que são enfrentados dentro do programa “Luz para Todos”, que é um belíssimo projeto. Contudo, sobre a questão dos valores que o Deputado Sampaio falou, a versão federal não é totalmente correta, há empreiteiros que ainda seguram a barra, mas os valores eram insuficientes para o cara poder executar o projeto e uma série de outras nuances. O projeto “Luz para Todos”, em determinados municípios, está funcionando bem acelerado, o Cantá é um deles. Essa discussão vai ser muito boa para esclarecermos para todo o Plenário e para a sociedade que o projeto é bom, mas precisa de determinadas correções. Vossa Excelência disse que 85% dos recursos vêm do governo federal, 5% do Estado e 10% das parceiras, e falou textualmente que 10% era da CERR. Fomos nós que aprovamos o nome da presidente, que é do Governo Estadual. Se somarmos esses recursos, são 15%, e isso é significativo, tudo isso temos que deixar bem claro. Eu sou favorável, por entender que a discussão conduzida para esclarecer e para aprimorar o projeto vai ser muito boa. Por isso, sou favorável.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, e atendendo ao Requerimento verbal da Deputada Aurilena, transiro a votação para a próxima Sessão.

A Sessão Plenária será transformada em Comissão Geral, momento em que a Assembleia Legislativa homenageará o atleta roraimense Ailson da Silva Feitosa, ouro no Pan-Americano na modalidade atletismo. Solicito ao Deputado Sampaio que conduza a Mesa dos trabalhos o Senhor Ailson da Silva Feitosa.

Nesse momento ouviremos o Hino Nacional Brasileiro.

Hino Nacional

Convidamos o nosso atleta roraimense para que possa receber das mãos do nosso presidente, Deputado Chico Guerra, a Comenda Orgulho de Roraima.

Queremos registrar, também, que o nosso atleta está acompanhado do seu primeiro treinador, o Senhor Marcondes Pereira Valentim. Meus parabéns.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Eu quero me associar a essa justa e merecida homenagem que a Casa presta ao jovem Ailson da Silva Feitosa. Outro dia ele aqui esteve, mas não pode permanecer no Plenário por razões outras, entretanto, como brasileiro, vibrei com o feito do nosso atleta e com sua participação no Pan-Americano. O atleta conquistou minha admiração em uma das entrevistas concedida ao chegar aqui, confessando o seu amor pelo Estado de Roraima, pois embora nascido em Tocantins, devia agradecer ao Estado e ao povo de Roraima. Isso é muito nobre de sua parte e mostra que você, além de um atleta valoroso e brilhante, é também um cidadão consciente de sua cidadania e da sua dedicação a esta terra que o acolheu e a todos nós, migrantes que aqui chegamos, de braços abertos. Parabéns a você e continue representando condignamente o nosso País em outras competições, colecionando medalhas de ouro. Obrigado.

O Senhor Deputado **Flamaron Portela** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu queria só complementar um pouquinho do que disse o Deputado Erci de Moraes. Deputado Erci, com certeza o Ailson fez isso ao chegar aqui, porque o bom atleta tem um bom caráter. Pode fazer esta pesquisa, pois o que estou dizendo, não só eu acho, os estudiosos da prática do esporte enaltecem isso. E, de onde advém esse bom caráter? Eu joguei bola amadoristicamente, fui peladeiro como dizem, a gente dar de tudo para ganhar nos jogos, nos torneios de secretarias, você está lá com aquele espírito de batalhar, mas, às vezes, não vence mesmo se esforçando ao máximo, e ao não

vencer você percebe que isso faz parte da vida, porque a vida é feita de vitórias e de derrotas. Isso ajuda a equilibrar as emoções, e ao ajudar a equilibrar as emoções ajuda a formar o bom caráter. Então, você foi justo com Roraima, porque tem um bom caráter. Continue assim, continue honrando Roraima e o Brasil, e saiba que nós nos orgulhamos de você. Parabéns mais uma vez.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** – Quero aqui parabenizar o Atleta Ailson da Silva. Eu tenho certeza que essa vitória é fruto do seu esforço, da sua persistência e, quero aproveitar a oportunidade para dizer que sua medalha de ouro, que você trouxe com muito orgulho para o nosso Estado, serve de exemplo e de iniciativa para que o Executivo, o Governo, possa incentivar o esporte no nosso Estado. Posso dizer que aqui temos uma fábrica de atletas, só que, infelizmente, nessa fábrica está faltando uma engrenagem, que é a engrenagem do incentivo ao esporte por parte do Executivo, por parte do Governador. Com certeza nós poderíamos ter aqui não só uma medalha de ouro, mas muitas medalhas de ouro. Parabéns, continue com sua persistência que você vai longe.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhora Presidente, quero falar aqui o que eu falei em entrevista na semana passada quando da primeira visita do Ailson aqui na Assembleia. Inicialmente, quero parabenizá-lo novamente por esse feito, e repetir que isso é uma conquista pessoal sua, uma conquista da sua determinação. Infelizmente isso não é a conquista de um projeto, porque, na verdade, se fosse, poderia haver outros iguais a você. Muitas vezes as políticas públicas chegam atrasadas, e, infelizmente, ainda não temos políticas públicas que deem espaço para o alto rendimento, sequer para o esporte de base aqui no Estado. Eu apresentei aqui, um projeto de lei que institui o programa bolsa atleta no Estado, mas eu sei que só isso não é suficiente, porque não é só o dinheiro que falta ao atleta, falta bons equipamentos, boa condição de treino, aperfeiçoamento do seu treinador, falta condição para disputar competições, disputar eventos de alto nível onde ele realmente possa se comparar e conhecer novas realidades. A gente espera que esses incentivos cheguem um dia aqui, não só em Roraima, mas no Brasil, porque há uma carência disso em todo o nosso país. E, enquanto isso não ocorre, esperamos. Só de vez enquanto aparece um atleta que já nasce com esse dom. Existem por aí centenas de crianças, jovens que têm o potencial latente dentro de si, de se tornarem grandes atletas, potencial que ainda não foi trabalhado. Um ou outro consegue se desenvolver, nasce com um dom maior como é o seu caso. Então, enquanto não chegam as políticas mais fortes, a gente tem que conviver com essa escassez de ídolos do esporte, mas, por outro lado, aumenta ainda mais a nossa felicidade quando alguém se dedicar tanto, se alto determinar e consegue chegar onde você chegou. Parabéns a você, continue firme nos seus treinamentos. Espero que agora apareça mais apoio a você, que possa competir em Londres no ano que vem, e, com certeza, no Rio de Janeiro representando Roraima. Parabéns.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu quero parabenizar o Ailson e o Marcondes, seu treinador, pelo desprendimento, força de vontade e pelo dinamismo que tem em trabalhar, praticar o esporte e conseguir ser um vencedor. Na Grécia antiga a prática de esporte, a educação física era tão bem conceituada e valorizada quanto à saúde, à profissão de médico. Os gregos entendiam que praticar esportes influenciava na formação do ser humano, na ética profissional, intensificava a saúde, ou seja, a importância da prática de esporte na vida do ser humano é tão importante quanto cuidar da saúde, clinicamente falando. Um escritor brasileiro, Euclides da Cunha, disse, no livro os Sertões, que o sertanejo é antes de tudo um forte, é um Hércules Quasímodo, ou seja, aquela figura mística que é forte, tem uma estrutura física forte e teve o mérito de ser um dos grandes homens das eras antigas. Ao Ailson, que não é roraimense, mas é um roraimado, eu gostaria de dizer que você não representa só o sertanejo, o brasileiro, mas, antes de tudo, um forte. Quando você chega aqui no Estado de Roraima e consegue, as duras penas, com muito trabalho, com muito dinamismo, representar o nosso Estado e dizer que sente orgulho de ser do Estado de Roraima, mostra que ama essa terra. Você e o Marcondes, quando conseguiram conquistar essa medalha, demonstraram que são realmente fortes, que são determinados. Gostaria, também, de ressaltar a necessidade dos investimentos no esporte, nesse segmento que é tão importante. Por vezes recebemos aqui, atletas solicitando ajuda, recursos para que possam sair do nosso Estado, às vezes, até para comprar alguns

nutrientes para suprir a alimentação necessária para a prática de determinados esportes. Gostaria que o Poder Público desse Estado investisse muito mais no esporte e no atleta, principalmente, naqueles que representam em nível Estadual e Nacional o nosso Estado. Parabéns.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Gostaria de parabenizá-los e lembrar de um termo latino que diz: “Men sana in corpore sano”, mente sã e corpo sadio. Realmente a prática de esporte melhora o raciocínio e ajuda na saúde do corpo como um todo. Eu estava lembrando aqui, meus caros Deputados Rodrigo e Dhiego, que cobraram mais investimentos, por parte dos poderes públicos, no esporte. Na semana retrasada, estávamos conversando com a Secretária de Educação e ela falou da necessidade que o Estado tem de voltar a prestigiar, de voltar a intensificar a educação física nas escolas, o esporte, os jogos escolares e, ela disse: Deputado Ionilson, quem primeiro identifica uma gravidez precoce em uma adolescente não é a professora de religião, é o professor de educação física que está em contato com ela diariamente. Então, pela proximidade e costume, identifica que aquela adolescente possa estar grávida ou não. Você está de parabéns pela determinação e, se Deus quiser, iremos revê-lo novamente no ano que vem em Londres e nas Olimpíadas de 2014. Parabéns.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados quero me somar a fala dos demais Deputados e parabenizá-lo pela conquista, pelo mérito de representar Roraima e voltar com essa medalha de ouro que muito nos orgulha. Parabenizar o Marcondes que acreditou em você, pois eu sei que ele foi de maneira voluntária, na base da amizade. Quero parabenizar o líder comunitário João Amazonas, incentivador do esporte no nosso Estado, principalmente nos bairros Cruviana, Equatorial, Alvorada, onde ele lidera aquela comunidade. Quero dizer que estamos orgulhosos pela conquista, que sirva de exemplo aos demais jovens para trilhar esse caminho, mas, também, que sirva de exemplo para a classe política do nosso Estado, para as autoridades. E, aqui estou assumindo a nossa mea culpa enquanto parlamentar, em valorizar mais o esporte profissional e amador em nosso Estado. Sabemos que você mora em São Paulo, as condições lhe foram oferecidas pela Marinha Brasileira que, acima de tudo, lhe patrocina, lhe dá condições de manter um treinamento constante, inclusive, está dentro do quadro da marinha, enquanto soldado, tem um salário pela marinha e está 24 horas treinando sob as coordenações da marinha brasileira. Está de parabéns as forças armadas, por incentivar os jovens. E, que o seu exemplo sirva de reflexão para nós da classe política, para que possamos valorizar o esporte, direcionar recursos a Secretaria de esporte e Cultura, no sentido de voltarmos a ter jogos escolares, de apoiarmos os jovens que nos representam fora do Estado. Quem é de nós que não tem recebido constantemente a visita de atletas em nosso gabinete, pedindo, muitas vezes, uma passagem. Às vezes, atendemos, às vezes não, mas acredito que possível ou a Secretaria da Juventude incentivar a questão do esporte ou com recurso próprio a Secretaria de Educação dar esse incentivo, pois, com certeza, outros Ailson iriam aparecer com medalhas de ouro representando muito bem Roraima. Parabéns a toda sua família, seus parceiros, treinador, amigos e, principalmente, a você pela disposição e garra.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhora Presidente, gostaria de parabenizar o Ailson pela coragem, determinação em representar com altivez a Bandeira do Estado de Roraima, e não menos importante o seu treinador, pois se não fosse o empenho, a cobrança dele, as coisas não seriam tão importante, porque sabemos o quanto é importante ter outra pessoa torcendo pelo seu sucesso. Você foi agraciado por ter um excelente treinador e por ter a coragem de mudar o destino e abrir um espaço para o Estado de Roraima no cenário nacional e internacional. E, quero parabenizá-lo por outra razão. Amanhã, a Presidente Dilma Rousseff terá uma audiência com todos os atletas do Pan-Americano que conquistaram medalhas, e o atleta Alison não estará nesta reunião, em razão de uma cirurgia que será feita em sua mãe amanhã e, por esta razão, não poderá estar presente. Quero aqui, Ailson, parabenizá-lo como filho, porque você é sem dúvida nenhuma um excelente atleta, não abre mão da sua persistência como atleta, mas, também, não abre mão daquela que lhe deu a vida, colocou você no mundo, e, com certeza, é tão importante para você. Eu sei o que significa exatamente o amor de uma mãe na vida de um filho. Desejo sucesso para sua mãe e sucesso na sua profissão. Parabéns.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** pede Questão de Ordem. Senhora Presidente, sugiro a Secretaria de Comunicação da Casa que entregue uma cópia das imagens desta Sessão para o Ailson e ao Cerimonial que possa entregar cópia da Ata, para que ele guarde de recordação a homenagem desse dia importante.

O Senhor **Ailson da Silva** – Senhora Presidente, bom dia a todos. Quero agradecer ao Presidente da Casa, Deputado Chico Guerra, a Deputada Aurelina, Vice-Presidente, ao Deputado Soldado Sampaio que fez o Requerimento para que eu fosse homenageado aqui hoje, e não menos importante os Deputados que me parabenizaram e que com suas palavras estão me dando apoio nesse momento.

Aqui, todos sabem que é bem para o Estado ajudar o esporte. Espero que se conscientizem e possam criar projetos para dar melhora ao esporte, pois, na minha concepção, o esporte é o que forma cidadãos, pessoas do bem e o que faz um Brasil melhor, digno, e não menos importante, um Roraima melhor, e digno. Então, se vocês se conscientizarem e fizerem projetos para estar melhorando isso, nós teremos sim, pessoas do bem, com saúde e paz, que é o mais importante. Muito obrigado a todos, estou muito emocionado com essa homenagem, e se precisarem de alguma coisa, estarei à disposição. Sei que vocês estão fazendo um belo trabalho para ajudar o nosso Estado, mas valorizem o esporte que Roraima vai ser bem gratificada e aparecerá em nível nacional não só com escândalos como vejo, mas sim, com alegrias. Quando ganhei a medalha, vieram me entrevistar e eu disse que a medalha era é do povo de Roraima, desse povo sofrido que passa por dificuldades, mas que, em nenhum momento, passa por cima de alguém. Se todos tiverem esse pensamento de não desistir jamais, nós teremos sim, um Estado de Roraima vencedor. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Bem, eu já falei na outra oportunidade com relação ao Ailson, quero dizer da nossa alegria, pela sua conquista, pois somos um Estado pequeno, distante, novo. Eu gosto muito de assistir aos jogos, e tenho dormido todos os dias depois das duas da manhã assistindo ao jogo de vôlei do Brasil. Nós ficamos alegres em ver o nome do nosso Estado sendo focado pela imprensa, é muito mais bonito para Roraima ver o Ailson falando do nosso Estado, do que, muitas vezes, vendo coisas que não leva a nada para o crescimento e desenvolvimento do lugar onde vivemos. Mais uma vez, quero parabenizá-lo. O Deputado Chico Guerra coloca esta Casa à disposição, como fizeram todos Deputados aqui. Obrigada Ailson, continue sua carreira, pois, com certeza, você vai incentivar muitos que talvez pensavam que Roraima nunca pudesse chegar lá.

Em nome da Mesa Diretora, agradecemos a presença do Ailson, do treinador Marcondes, de outras autoridades presentes e Deputados. Encerro a Comissão Geral.

Alcançado o objetivo da Comissão Geral, retornamos ao trabalho da Sessão Ordinária.

Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, convido os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, para uma reunião após o término da Sessão.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Senhor Presidente, comunico aos Senhores Deputados que dia primeiro de novembro foi encaminhado ofício a todos os Parlamentares informando a abertura do prazo para a apresentação das Emendas para o Orçamento que vai do dia 13 a 18 de novembro.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, que informar que, em meu pronunciamento, não me referi a convite ou chamamento de Secretários a este Poder, e sim aos Requerimentos de Pedidos de Informações aprovados por esta Casa que não obtiveram respostas. Vou usar a Constituição para que os mesmos sejam atendidos. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Deputado Flamarion Portela, a Mesa Diretora tomará as medidas cabíveis para resolver o problema. Solicito paciência aos Senhores Parlamentares, afirmo que, antes do final da minha gestão a Casa receberá o respeito que lhe é devido.

E, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão, e convoco outra para o dia 9, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moras, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 09/11/11